

CONHECIMENTOS BÁSICOS - LÍNGUA PORTUGUESA

O dilema do porco-espinho

01 Um número de porcos-espinho se amontoaram, buscando calor em um dia frio de inverno; mas, quando começaram
02 a se machucar com seus espinhos, foram obrigados a se afastarem. No entanto, o frio fazia com que voltassem a se reunir, porém
03 se afastavam novamente. Depois de várias tentativas, perceberam que poderiam manter certa distância uns dos outros sem se
04 dispersarem.

05 Do mesmo modo, as necessidades sociais, a solidão e a monotonia impulsionam os “homens porcos-espinho” a se
06 reunirem, apenas para se repelirem devido às inúmeras características espinhosas e desagradáveis de suas naturezas. A distância
07 moderada que os homens finalmente descobrem é a condição necessária para que a convivência seja tolerada; é o código de
08 cortesia e boas maneiras. Aqueles que transgridem esse código são duramente advertidos, como se diz na Inglaterra: *Keep your*
09 *distance!* Com esse arranjo, a necessidade mútua de calor é apenas parcialmente satisfeita, mas pelo menos não se machucam.

10 Um homem que possui algum calor em si mesmo prefere permanecer afastado, assim ele não precisa ferir outras
11 pessoas e também não é ferido.

Adaptado de CORRÊA, J. P. (In https://pvst.com.br/wp-content/uploads/2020/09/20_ANOS_DE_LICOES_DE_TRANSITO-NO-BRASIL.pdf). Acesso em 05 set 2023.

01. O termo “a distância moderada” (l. 06 e 07) alude a quê?

- (A) Às “necessidades sociais” (l. 05).
- (B) À “necessidade mútua de calor” (l. 09).
- (C) Ao “código de cortesia e boas maneiras” (l. 07 e 08).
- (D) Às “características espinhosas e desagradáveis” (l. 06).

02. Quanto às características do texto em análise, qual é a afirmativa cujo teor é CORRETO?

- (A) O último parágrafo desse texto corresponde a uma moral.
- (B) Nesse texto, observa-se o predomínio da tipologia de base narrativa.
- (C) As marcas da descrição, no texto, superam as características dissertativas.
- (D) O texto apresenta traços fabulares, pois os animais agem como seres humanos.

03. Com base no AOLP 1990, assinale a alternativa em cujo conteúdo se constata EXATIDÃO.

- (A) Nos termos “**porém**” (l. 02) e “**também**” (l. 11), há o acento agudo por eles terminarem em ditongo crescente nasal.
- (B) As palavras “**número**” (l. 01) e “**várias**” (l. 03) levam acento agudo por serem proparoxítonas aparentes.
- (C) Em “**mútua**” (l. 09) e “**desagradáveis**” (l. 06), o emprego do acento gráfico se deve à mesma regra.
- (D) Classificam-se como proparoxítonos reais os vocábulos “**características**” (l. 06) e “**código**” (l. 07).

04. No fragmento textual “Com esse arranjo, a necessidade mútua de calor é apenas parcialmente satisfeita, mas pelo menos não se machucam” (l. 09), existem elementos de referenciação, especificamente as anáforas:

- (A) correferenciais por substituição e por elipse respectivamente.
- (B) correferenciais por repetição e por substituição respectivamente.
- (C) não correferenciais associativas e por nominalização respectivamente.
- (D) não correferenciais por pronominalização e por nominalização respectivamente.

05. Ao se analisar o processo de formação dos termos constantes deste excerto “Um número de porcos-espinho se amontoaram, buscando calor em um dia frio de inverno” (l. 01), pode-se asseverar CORRETAMENTE que:

- (A) o infinitivo da forma verbal “amontoaram” é parassintético.
- (B) o termo “porcos-espinho” é derivado por justaposição.
- (C) o primeiro substantivo apresenta a derivação sufixal.
- (D) o último substantivo forma-se por prefixação.

06. Considere o trecho seguinte “A distância moderada que os homens finalmente descobrem é a condição necessária para que a convivência seja tolerada” (l. 06 e 07); em seguida, analise as asserções abaixo e classifique-as como verdadeiras ou falsas, colocando entre os parênteses as letras V ou F respectivamente. Por fim, marque a opção que preenche CORRETAMENTE os parênteses de cima para baixo.

- () O verbo tolerar apresenta um sujeito ativo.
- () A última oração classifica-se como completiva nominal.
- () O complemento do verbo descobrir é o pronome relativo “que”.
- () O termo “finalmente” tem a função sintática de adjunto adverbial.
- () Os termos “distância” e “convivência” exercem função morfossintática distinta.
- (A) V – F – V – F – F.
- (B) F – V – V – V – F.
- (C) V – V – F – F – V.
- (D) F – F – F – V – V.

07. A oração adverbial reduzida de gerúndio “buscando calor em um dia frio de inverno” (l. 01) exprime qual circunstância em relação à oração principal?

- (A) Modo.
- (B) Causa.
- (C) Condição.
- (D) Finalidade.

08. O único fragmento textual em que o verbo destacado pode ser flexionado no singular ou no plural, mantendo-se a devida correção em termos de sintaxe de concordância, é:

- (A) “perceberam que poderiam manter certa distância uns dos outros” (l. 03).
- (B) “quando começaram a se machucar com seus espinhos” (l. 01 e 02).
- (C) “Um número de porcos-espinho se amontoaram” (l. 01).
- (D) “o frio fazia com que voltassem a se reunir” (l. 02).

09. Considere as regras atinentes à regência verbal e marque a afirmação EXATA em relação a esse aspecto sintático.

- (A) O verbo sublinhado em “prefere permanecer afastado” (l. 10) classifica-se como intransitivo.
- (B) O verbo grifado em “para que a convivência seja tolerada” (l. 07) apresenta intransitividade.
- (C) Em “buscando calor em um dia frio de inverno” (l. 01), o verbo buscar é transitivo direto e indireto.
- (D) Em “impulsionam os ‘homens porcos-espinho’ a se reunirem” (l. 05 e 06), o verbo destacado é bitransitivo.

10. Neste excerto “**mas, quando começaram a se machucar com seus espinhos, foram obrigados a se afastarem**” (l. 01 e 02), as duas vírgulas foram empregadas com a finalidade de separar:

- (A) adjuntos adverbiais.
- (B) orações adverbiais reduzidas.
- (C) orações adverbiais desenvolvidas.
- (D) expressões explicativas ou retificativas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO/RACIOCÍNIO CRÍTICO

11. Pedro diz que gosta de biscoito. Raquel diz que detesta chocolate. Sabemos que pelo menos um deles está mentindo. Pela lógica formal, podemos deduzir corretamente que:

- (A) Pedro gosta de biscoito e Raquel detesta chocolate.
- (B) Pedro gosta de biscoito ou Raquel detesta chocolate.
- (C) Pedro não gosta de biscoito ou Raquel detesta chocolate.
- (D) Pedro não gosta de biscoito ou Raquel não detesta chocolate.

12. Uma Progressão Aritmética (P. A.) é uma sequência em que cada termo ao ser somado a um valor constante, r , resulta no termo seguinte da sequência. Por exemplo, a sequência 1, 3, 5, 7, 9... é uma P. A. onde $r = 2$. Uma Progressão Geométrica (P. G.) é uma sequência em que cada termo, ao ser multiplicado por um valor constante, q , resulta no termo seguinte da sequência. Por exemplo, 2, 6, 18, 54... é uma P. G., em que $q = 3$. Em certo tipo de progressão mista, cada termo da sequência é primeiro multiplicado por um valor, q , e depois somado um valor, r , para enfim se obter o termo seguinte da sequência, sendo q e r constantes ao longo da sequência. Por exemplo, 2, 8, 26, 80... é uma progressão mista desse tipo. Qual o termo deve vir logo depois do 80 em tal progressão?

- (A) 82.
- (B) 163.
- (C) 240.
- (D) 242.

13. Um grupo de 6 funcionários de uma empresa, que chamaremos apenas de F1, F2, F3, F4, F5 e F6, realizou visitas técnicas em 6 bairros de Fortaleza. O bairro Aldeota foi visitado por F1, F2, F3 e F4. O bairro Barroso foi visitado por F4 e F6. O Cambéba, por F1, F3 e F6; o Damas, por F1, F5 e F6; o Edson Queiroz, por F3 e F5; finalmente o bairro de Fátima foi visitado apenas pelo funcionário F6. O diretor da empresa quer escolher, para cada bairro, um funcionário que visitou tal bairro, para fazer um relatório, de modo que cada funcionário fique responsável por um único bairro. Qual funcionário deve ser escolhido para fazer o relatório do bairro Aldeota?

- (A) F1.
- (B) F2.
- (C) F3.
- (D) F4.

14. No primeiro ano de vida de uma empresa, o tipo de plano de ação a ser adotado depende dos objetivos imediatos, dos recursos disponíveis e do contexto em que a empresa se encontra. No entanto, há um equilíbrio que deve ser buscado entre eficiência e eficácia, com alguns momentos em que a conveniência também pode ser aplicada de maneira estratégica. Ao final do primeiro ano, certa empresa elaborou um relatório sobre a execução de seu plano de ação e identificou que todas as metas planejadas foram atingidas, porém recursos financeiros

foram gastos em áreas desnecessárias. O relatório demonstra que a empresa foi:

- (A) eficiente e eficaz.
- (B) eficiente, mas não eficaz.
- (C) eficaz, mas não eficiente.
- (D) nem eficiente nem eficaz.

15. Considere o seguinte texto argumentativo, sobre um planeta hipotético: “O planeta Araques começou a enfrentar um aumento em sua temperatura média logo após seus habitantes adotarem uma nova tecnologia de agricultura. Portanto, a nova tecnologia agrícola está causando o aquecimento global no planeta Araques.”

- (A) O argumento do texto demonstra, sem sombra de dúvidas, qual a causa do aquecimento do planeta Araques.
- (B) A argumentação no texto está correta, pois a correlação temporal entre dois eventos (a introdução da tecnologia agrícola e o aumento da temperatura) sempre implica uma relação de causa e efeito entre eles.
- (C) A conclusão do texto pode estar incorreta, já que ela se baseia na hipótese subjacente de que a introdução da nova tecnologia agrícola é o único ou o principal fator relevante, ignorando outras variáveis.
- (D) A conclusão do texto está incorreta com toda certeza, pois é impossível que o uso de uma nova tecnologia seja a causa do aquecimento do planeta.

CONHECIMENTOS BÁSICOS - NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Com o avanço da computação em nuvem, cada vez mais aplicativos são executados a partir da Internet e acessados a partir de um navegador web. Suponha que você precisa utilizar computadores públicos ou de terceiros para acessar um serviço na web, de forma que seus dados de navegação (como histórico ou cookies) não fiquem salvos na máquina em questão. Assinale a alternativa que pode ser utilizada para evitar que os dados de navegação fiquem salvos no computador utilizado.

- (A) Ativar o antivírus e verificar se ele está funcionando corretamente.
- (B) Reiniciar a máquina após o acesso, pois isso removerá o histórico de navegação.
- (C) Desativar o firewall do Windows, para que não se registrem os dados de navegação.
- (D) Utilizar o navegador no modo anônimo (InPrivate no Edge ou navegação anônima no Chrome).

17. No Microsoft Word (2010 ou superior), em uma lista numerada ou com marcadores, para finalizar a lista, o usuário pode realizar a seguinte ação:

- (A) pressionar a tecla TAB duas vezes.
- (B) pressionar a tecla ENTER duas vezes.
- (C) pressionar a combinação de teclas ALT + ENTER.
- (D) pressionar a tecla DEL duas vezes.

18. Na suíte de produtividade Microsoft Office, a ferramenta Pincel (Format Painter) pode ser utilizada para:

- (A) copiar toda a formatação de um objeto e aplicá-la a outro.
- (B) copiar o texto selecionado para a área de transferência.
- (C) alterar somente a cor do plano de fundo do objeto selecionado.
- (D) limpar toda a formatação de um objeto selecionado.

19. O Microsoft Windows 10 possui nativamente a opção de compactar e descompactar arquivos e pastas. Qual o formato de compactação utilizado pelo Microsoft Windows 10 ao criar uma pasta compactada?

- (A) RAR.
- (B) BIN.
- (C) ZIP.
- (D) TAR.

20. As teclas de atalho "Ctrl+Alt+Del", no Sistema Operacional Windows 10, permitem, dentre outras opções, acessar o Gerenciador de Tarefas. Assinale a alternativa que contém uma funcionalidade do Gerenciador de Tarefas do Microsoft Windows.

- (A) Restaurar o Windows a um estado salvo anteriormente (ponto de restauração).
- (B) Instalar automaticamente atualizações de segurança e configurar sua periodicidade.
- (C) Identificar aplicativos e processos em execução e o uso de recursos de cada um.
- (D) Automatizar tarefas para execução em um tempo futuro.

CONHECIMENTOS BÁSICOS - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

21. Assinale a alternativa correta, levando em consideração as disposições da Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

- (A) Perderá o mandato o Prefeito, se assumir outro cargo ou função na administração pública.
- (B) Será declarado vago pelo Presidente da Câmara Municipal o cargo de Prefeito, quando o titular deixar de tomar posse, sem motivo justo, aceito pela Câmara, dentro do prazo de cinco dias.

- (C) O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato, na forma da lei, salvo em caso de motivo justificado, aceito pela maioria simples da Câmara Municipal.
- (D) São infrações político-administrativas do Prefeito aquelas definidas em lei federal e na Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

22. Considerando o teor da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, marque a opção verdadeira.

- (A) Lei ordinária estabelecerá o regime jurídico dos integrantes da carreira de Procurador do Município.
- (B) As atividades da administração tributária do Município serão exercidas exclusivamente por servidores de carreiras específicas e terão recursos prioritários para a realização de suas atividades, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.
- (C) O Município, para atender, na sua atuação, ao princípio da democracia participativa, disporá, disciplinado por leis complementares, sobre a criação de Conselhos Municipais de Participação Popular nas diversas áreas.
- (D) Lei ordinária disporá sobre a Administração Fazendária do Município, enquanto o regime jurídico dos integrantes da carreira de Auditor de Tributos Municipais será estabelecido por meio de lei complementar.

23. De acordo com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza, indique a assertiva correta.

- (A) Servidor público municipal é a pessoa legalmente investida em emprego público ou cargo público de provimento efetivo, de carreira ou isolado, ou de provimento em comissão.
- (B) Para os efeitos do mencionado Estatuto, considera-se Sistema Administrativo o complexo de órgãos do Poder Executivo e suas entidades autárquicas e fundacionais.
- (C) O provimento dos cargos públicos far-se-á exclusivamente por ato do Prefeito ou do Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, conforme o caso.
- (D) Os cargos comissionados são de livre provimento e exoneração, 50% (cinquenta por cento) deles devendo ser providos por servidores municipais, a estes reservados os de símbolo DNI.

24. Marque o item certo, em atenção ao que preconiza a Lei Municipal nº 6.794/1990.

- (A) A pena de suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder de 60 (sessenta) dias.
- (B) Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- (C) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, reincidido na prática da infração disciplinar.
- (D) A demissão será aplicada, dentre outros, nos casos de crime contra a Administração Pública, abandono de cargo e insubordinação em serviço.

25. Assinale a opção que contém direito do agente público como resultante da conduta ética que deve imperar no ambiente de trabalho e em suas relações interpessoais, segundo o que determina o Código de Ética, Conduta e Integridade da Administração Pública Municipal de Fortaleza.

- (A) Liberdade de manifestação de pensamento, observado o respeito à imagem da instituição, de terceiros e dos demais agentes públicos.
- (B) Representação contra atos ilegais, ilegítimos ou imorais.
- (C) Sigilo da informação de ordem funcional.
- (D) Atuação em defesa de interesse ou direito legítimo.

26. Indique a assertiva certa, em respeito às determinações contantes da Lei Municipal nº 11.360, de 03 de maio de 2023, especificamente com relação às sanções éticas.

- (A) As infrações às normas dispostas na Lei Municipal nº 11.360/2023 (Código de Ética), quando cometidas por colaboradores de vínculo terceirizado, deverão ser comunicadas à empresa prestadora de serviços para que possam ser tomadas as medidas cabíveis.
- (B) A censura ética é aplicável às autoridades, no exercício do cargo ou se já o tiverem deixado.
- (C) A advertência ética é aplicável apenas aos agentes públicos no exercício do cargo, que deverá ser considerada quando da progressão ou da promoção desses, caso o infrator ocupe cargo em quadro de carreira no serviço público municipal.
- (D) As sanções éticas serão aplicadas pelo Chefe do Executivo ou pela Autoridade máxima de entidade da Administração Indireta, conforme o caso.

27. Aponte o item que indica atribuição do cargo efetivo de Analista da Procuradoria-Geral do Município.

- (A) Emitir pareceres jurídicos com base na análise de informações, visando à instrução de processos dentro de sua área de atuação e formação profissional, para o devido encaminhamento e prosseguimento.
- (B) Elaborar documentos de sua área de atuação, com exceção de projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.
- (C) Elaborar pareceres técnicos, analíticos e/ou sintéticos, objetivando responder às demandas internas e externas ao órgão, dando suporte ao gestor da unidade.
- (D) Assessorar na instrumentalização e na organização da prestação de contas da Administração Pública, através da análise de resultados, objetivando a fiscalização dos órgãos competentes, internos e externos.

28. Marque a opção verdadeira, considerando a disciplina do ingresso na carreira e das formas de desenvolvimento, na forma consignada no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), do Município de Fortaleza, para os servidores integrantes da carreira de Analista da Procuradoria-Geral do Município.

- (A) O concurso público deverá ser realizado conforme edital, o qual definirá, dentre outros aspectos, as características do concurso, a escolaridade e os critérios classificatórios e eliminatórios, sendo obrigatória a exigência de formação especializada e experiência profissional.
- (B) Não será beneficiado com o desenvolvimento na carreira o servidor que, embora implementadas todas as condições, estiver em gozo de afastamento não remunerado durante o período de 12 (doze) meses que antecedem a promoção ou a progressão.

- (C) Propor medidas de caráter jurídico que visem proteger o patrimônio do município ou aperfeiçoar as práticas administrativas.
- (D) Ajuizar, com autorização do Procurador-Geral do Município e anuência do Prefeito Municipal, ações civis públicas, quando for o caso, nos termos da legislação pertinente.

29. Assinale o item correto, no que diz respeito às competências da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, com base na Lei Complementar nº 315/2021.

- (A) Promover, exclusivamente, a cobrança amigável ou judicial da Dívida Ativa, tributária ou não, da Fazenda Pública.
- (B) Exercer as funções de consultoria jurídica do Executivo e dos órgãos da Administração Direta e Indireta, salvo se, neste último caso, houver disposição em contrário em Lei Complementar.
- (C) Enquanto a promoção consiste na passagem do servidor de uma referência para outra imediatamente superior, dentro da mesma classe a que pertença, a progressão consiste no deslocamento do servidor da última referência da classe a que pertença para a primeira referência da classe seguinte.
- (D) Compete à Procuradoria-Geral do Município (PGM), em conjunto com a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), tomar as providências para a integração do servidor admitido, por meio de treinamento introdutório, de caráter facultativo.

30. A respeito da temática que envolve o procedimento disciplinar consignado na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, indique a alternativa certa.

- (A) Quando se tratar de sindicância, o Procurador-Geral designará um Procurador do Município, sempre que possível, de classe igual ou superior à do indiciado para promover sua realização.
- (B) O prazo para conclusão do inquérito será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, por ato do Procurador-Geral.
- (C) Se o processo não for julgado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, o indiciado reassumirá automaticamente o exercício de seu cargo ou função e aguardará em atividade o julgamento, salvo o caso de prisão administrativa que ainda perdure.
- (D) Quando não for encontrado o indiciado, a citação far-se-á por edital, resumido, devendo o edital ser publicado no Diário Oficial do Município, com prazo de 15 (quinze) dias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

31. É característica de um estado patrimonialista:

- (A) não possuir distinções entre os limites do público e do privado.
- (B) voltado para resultados e para os anseios do cidadão/usuário.
- (C) serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação.
- (D) presume que políticos e funcionários públicos sejam merecedores de grau limitado de confiança.

32. Podemos dividir os modelos estatísticos utilizados para a mensuração da eficiência na administração pública em paramétricos e não paramétricos. Sobre os modelos não paramétricos, é correto afirmar.

- (A) São testes em que está presente a simetria.
- (B) O histograma de frequência terá um contorno semelhante à curva normal.
- (C) Partem de uma análise empírica e quantitativa.
- (D) Partem das premissas de que a distribuição de frequências dos erros amostrais é normal.

33. O modelo das redes de políticas públicas tem sido usado para analisar a formação e implementação de políticas. O modelo pode ser entendido sob três perspectivas principais, dentre as quais uma cujo foco da análise está na composição da rede, sendo chamada de:

- (A) modelo das estruturas sociais.
- (B) modelo das formas de governança.
- (C) modelo tradicional burocrático.
- (D) modelo analítico e ferramenta empírica.

34. Conhecimento explícito consiste no tipo de conhecimento:

- (A) associado à inteligência prática e à “escola da vida”.
- (B) de transferência difícil, se não impossível.
- (C) formal e articulado com facilidade.
- (D) que só se aprende com experiência; não há como aprender assistindo aulas teóricas.

35. A teoria principal que explica a liderança por meio de estilos de comportamento, sem se preocupar com características de personalidade, é a que se refere a três estilos de liderança: autocrática, liberal e democrática. Acerca da liderança liberal, pode-se afirmar corretamente que:

- (A) tanto a divisão das tarefas como a escolha dos companheiros ficam totalmente a cargo do grupo.
- (B) apenas o líder fixa as diretrizes, sem qualquer participação do grupo.
- (C) as diretrizes são debatidas e decididas pelo grupo, estimulado e assistido pelo líder.
- (D) o líder é dominador e pessoal nos elogios e nas críticas ao trabalho de cada membro.

36. Acerca das diferenças entre contratos e convênios, é correto afirmar.

- (A) A dissolução dos contratos pode ocorrer apenas por mútuo consentimento, enquanto nos convênios essa dissolução se dá apenas pela vontade de uma das partes.
- (B) Os contratos são sempre atos jurídicos bilaterais, em que a vontade de um é oposta à do outro, enquanto nos convênios ambas as partes têm a mesma vontade.
- (C) Nos contratos, o elemento subjetivo é a participação no ato das vontades declaradas de duas ou mais pessoas, enquanto nos convênios esse elemento consiste naquilo que cria o direito, é o acordo das partes.
- (D) Os contratos devem ser publicados em até 20 dias após as assinaturas, enquanto os convênios têm um prazo de até 5 dias para sua publicação.

37. O controle interno da Administração se dá pela:

- (A) representação.
- (B) revisão.
- (C) reconsideração.
- (D) autotutela.

38. Os indicadores para fazer a avaliação de políticas públicas agrupam-se em quatro critérios principais, que correspondem aos níveis de estruturação do PPA: eficiência, entrega dos produtos/serviços, resultados e impacto. Esses são critérios universais para avaliar o desempenho de qualquer espécie de operação produtiva ou de fornecimento de serviços, sobre os quais é correto afirmar.

- (A) Na estruturação do PPA, o impacto mede os efeitos finais, sobre a sociedade, das políticas e dos programas que as implementam.
- (B) Os indicadores de resultados medem a relação entre os recursos empregados e a entrega de produtos e serviços.
- (C) A entrega dos produtos/serviços, como critério de avaliação, foca a utilização dos recursos para a produção de resultados.
- (D) A eficiência, na estrutura do PPA, são os efeitos produzidos pelas entregas em seus públicos-alvo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

39. Em 1949 foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza o Loteamento denominado "Terras de Lidiópolis", o qual deu origem a alguns bairros como Aldeota (outrora denominada Outeiro) e Meireles. Ocorre que alguns imóveis privados, inclusive edifícios de alto padrão, encontram-se inseridos em áreas destinadas às praças públicas. Em resumo, o Município de Fortaleza conta com diversos bens imóveis privados localizados exatamente onde deveriam existir praças públicas.

Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que a Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza deve:

- (A) reconhecer a propriedade dos particulares com base na prescrição aquisitiva.
- (B) pleitear a nulidade de pleno direito de matrícula do Cartório de Registro de Imóveis competente da Comarca de Fortaleza que conste o domínio de particular, devendo ser restituído o domínio dele ao verdadeiro proprietário, que é o Município de Fortaleza, considerando que os bens imóveis se localizam em praças públicas, bens públicos de uso comum, imprescritíveis e inalienáveis.
- (C) entender pela desafetação e alienação em qualquer momento dos referidos bens pelo poder público municipal.
- (D) considerar válida de pleno direito qualquer matrícula realizada por particular do competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fortaleza, devendo ser mantido o domínio deles ao verdadeiro proprietário, que é o particular comprador com boa-fé e justo título.

40. Ariel dirigia pela Avenida Luciano Carneiro, em Fortaleza, quando o carro caiu em uma boca de lobo que estava aberta, ou seja, um buraco em via pública. Afirmou o motorista Ariel não haver nenhuma sinalização no local. Disse, ainda, que teve prejuízos com os pneus, rodas de aço, calotas, alinhamento e balanceamento do veículo. Sobre a responsabilização civil do Município de Fortaleza:

- (A) não são devidos danos morais tampouco materiais ao motorista, posto tratar-se de condutor negligente.
- (B) o Município de Fortaleza, por meio de sua Procuradoria, deve defender ser um exagero a tese de que o acidente com buraco causou algum dano ao motorista, vez que, quem é proprietário de veículo está sujeito a panes, colisões, estouros de pneus e outros problemas do gênero. Tal tese é a mais adequada do ponto de vista legislativo e jurisprudencial.
- (C) a CAGECE é a única culpada pelo ocorrido, pois a manutenção de vias urbanas e dos bueiros é responsabilidade exclusiva da empresa.
- (D) a manutenção e fiscalização do serviço é competência do município, conforme determina a normatização respectiva, portanto, na esfera civil e administrativa, o ente municipal é responsável pela reparação de eventuais danos morais e materiais oriundos da prestação de seus serviços.

41. Determinado município do interior do Ceará apresenta lixão a céu aberto nas proximidades de imóveis urbanos. Nesse caso:

- (A) não há obrigação de indenizar por quaisquer danos, porque os fatos narrados não são aptos a ensejar danos de ordem moral, tampouco material.
- (B) não há que se indenizar civilmente, vez que se comprova de modo cabal o cumprimento ao Plano Municipal de Resíduos Sólidos.
- (C) resta demonstrada a existência de um dano (mau cheiro, bem como prejuízos à salubridade dos cidadãos) e da ação administrativa municipal (depositar lixo a céu aberto) ante a ocorrência do nexo causal entre o dano e a ação, impondo-se a necessidade de indenizar os prejuízos causados à população circunvizinha.
- (D) são indenizáveis somente os danos materiais, jamais os morais, porque de difícil mensuração no caso em deslinde.

42. Sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, julgue o item correto, à luz do Código Civil.

- (A) Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- (B) A existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, em presunção absoluta.
- (C) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o juiz pode, de ofício, desconsiderar a personalidade jurídica para que os efeitos de todas as relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados pelo abuso.
- (D) O desvio de finalidade consiste na utilização de pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos lícitos relativos exclusivamente ao abuso da personalidade jurídica.

43. Daniel Melo, morador de Fortaleza – CE, pretende instituir uma entidade, por meio de testamento, com dotação especial de bens livres, para atuação no âmbito do referido município. Daniel Melo pretende declarar o modo de administração da entidade e deseja que ela tenha como finalidades a promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

Na casuística ora ventilada, Daniel Melo deverá instituir, conforme o disposto no Código Civil:

- (A) sociedade não personificada.
- (B) associação.
- (C) partido político.
- (D) fundação.

44. Nos termos do Direito Civil, marque o item correto sobre o instituto da prescrição.

- (A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, especialmente quando envolvido o Município.
- (B) A prescrição pode ser alegada até a contestação, sob pena de preclusão.
- (C) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
- (D) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor, por se tratar de instituto personalíssimo.

45. Conforme as alterações normativas promovidas na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), marque o quesito **INCORRETO**.

- (A) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.
- (B) Nas esferas administrativa, sindicante, controladora e judicial, pode-se decidir com base em valores jurídicos abstratos, independentemente das consequências práticas da decisão.
- (C) A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
- (D) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.

46. De acordo com o Código Civil, assinale o item correto em relação à classificação da posse de um imóvel privado como justa.

- (A) É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- (B) É justa a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (C) A posse justa só perde esse caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignora que possui indevidamente.
- (D) A posse justa, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a injusta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor injusto defender a sua posse contra o justo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

47. O Código de Processo Civil é a norma que define a procedimentalização, prazos, atos processuais e demais requisitos para o devido processo legal. Sobre os aspectos do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da inércia (*ne procedat iudex ex officio*) impede a aplicação do princípio do impulso oficial.
- (B) O princípio do acesso ao judiciário não se coaduna com a possibilidade da arbitragem processual.
- (C) O Acesso ao Judiciário e a sistemática do Código de Processo Civil ensejam a possibilidade de um sistema “multiportas” de solução dos litígios.
- (D) O Código de Processo Civil aplica a garantia do acesso à Justiça, mas sua efetivação impede a possibilidade de conciliação no curso do processo.

48. Marque a opção correta.

- I. A cooperação das partes no processo desponta os deveres de prevenção, de esclarecimento, de consulta e de auxílio às partes.
 - II. A competência absoluta é identificada por norma cogente, que tutela interesse público, podendo ser arguida em qualquer momento e em qualquer grau de jurisdição, além de ser conhecida de ofício, não ocorre preclusão para as partes e juiz, de modo que a competência não se prorroga nem se modifica e não está sujeita à negociação das partes.
 - III. A competência relativa, por envolver interesse privado, não pode ser conhecida de ofício, cabendo às partes arguir o defeito no prazo legal, sob pena de preclusão e prorrogação da competência.
 - IV. O princípio da perpetuação da competência (*perpetuatio jurisdictionis*) implica o reconhecimento de que, para a análise da competência, levando-se em consideração a situação de fato e do direito da demanda, quando do momento de seu ajuizamento, e compõe o sistema de estabilidade do processo.
- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
 - (B) Somente o item II está **INCORRETO**.
 - (C) Todos os itens estão corretos.
 - (D) Somente o item II e IV estão corretos.

49. Segundo o Art. 291, do CPC, a toda causa atribui-se um valor, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível. Sobre o valor da causa no processo cível, assinale a opção correta.

- (A) Na ação de alimentos, o valor da causa corresponde à soma de 24 (vinte e quatro) prestações mensais pedidas pelo autor.
- (B) Na ação em que há cumulação de pedidos, o valor da causa corresponde à soma dos valores de todos eles.
- (C) Na ação indenizatória, o valor da causa poderá ser escolhido pelo Autor e, se o objeto for fundado em dano moral, não se pode atribuir valor à causa.
- (D) Nas ações em que constam pedidos alternativos, o juiz deverá atribuir o valor à causa.

50. Sobre as tutelas de urgência, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas processuais.
- (B) A tutela provisória não pode ser revogada ou modificada, assumindo um caráter de definitividade.
- (C) Caso ocorra a suspensão do processo com eficácia da tutela provisória, essa decisão provisória automaticamente é revogada.
- (D) Para a efetivação prática da tutela provisória, deve-se aguardar a decisão final do processo para o seu cumprimento.

51. Sobre as partes e advogados do processo, assinale o item correto.

- (A) No curso do processo, não se admite a sucessão voluntária das partes no processo.
- (B) A parte não pode revogar o mandato outorgado a seu advogado, devendo permanecer até o final da causa.
- (C) O advogado não poderá renunciar ao mandato e nem nomear sucessor, sob pena de responder por perdas e danos.
- (D) Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto na legislação processual civil.

52. Leia as assertivas a seguir e marque a opção correta.

- Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
 - O juiz poderá limitar o litisconsórcio obrigatório quanto ao número de litigantes, comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
 - O litisconsórcio ocorre quando entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.
 - O litisconsórcio pode ser ativo, quando há pluralidade de autores, passivo, quando há pluralidade de réus, ou misto (recíproco, simultâneo), quando a pluralidade se verifica em ambos os polos.
- (A) V, F, V, V.
 - (B) V, V, V, F.
 - (C) V, V, V, V.
 - (D) F, F, V, V.

53. Sobre a intervenção do Ministério Público no processo, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) A intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica consiste na sua inserção em processo previamente instaurado por iniciativa de outrem, a fim de garantir ativamente a atuação da vontade concreta do direito.
- (B) O Ministério Público possui capacidade postulatória em diversas demandas.
- (C) Quando a Fazenda Pública é parte no processo, obrigatoriamente, configura a intervenção do Ministério Público.
- (D) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.

54. Marque a opção correta.

- (A) O prazo processual é contado em dias, não se interrompendo nem se suspendendo.
- (B) O prazo para a parte - o procurador, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público - será contado da citação, da intimação ou da notificação.
- (C) O prazo para a Fazenda Pública é contado em quádruplo.
- (D) Na hipótese de litisconsórcio passivo com três ou quatro réus, o prazo é triplicado, se três réus, ou quadriplicado, se quatro réus.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

55. Conforme normatizado pelas transformações do Texto Constitucional de 1988, considerando especialmente as alterações implementadas pela Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, a Reforma Tributária, em relação aos municípios, estabeleceu a supressão:

- (A) do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que incidirá sobre operações com bens imóveis.
- (B) do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI), combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que incidirá sobre operações com bens imóveis.
- (C) do imposto sobre serviços (ISS), combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que incidirá, inclusive, sobre operações com bens imóveis.
- (D) do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) e do imposto sobre serviços (ISS), combinada com o advento do imposto sobre bens e serviços (IBS), que não incidirá sobre operações com bens imóveis.

56. À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção correta a respeito do ITBI (Impostos de Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos*), da competência municipal, considerando, a jurisprudência dos tribunais superiores:

- (A) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (B) o ITBI compartilha da mesma base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), no caso, o valor venal, de forma que o valor deste último tributo deve ser utilizado pela Fazenda Pública Municipal como parâmetro atuarial para fins de tributação daquele primeiro.
- (C) o ITBI incide sobre a transmissão de direito real de garantia sobre bem imóvel, a exemplo da hipoteca e da anticrese.
- (D) compete a qualquer Município, conforme a conveniência do contribuinte.

57. O Município de Beberibe/Ceará pretende firmar convênio com a União para fiscalizar e arrecadar diretamente o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) dos imóveis rurais situados em seu território. Acerca dessa política tributária municipal, assinale o quesito correto.

- (A) O convênio em tela é constitucionalmente proibido por configurar transferência anômala e indevida de política tributária atribuída à municipalidade.
- (B) O Município de Beberibe/CE pode receber delegação para arrecadar o tributo, mas sua fiscalização continua sendo privativa de agentes da Receita Federal.
- (C) O convênio referenciado, caso efetivado, configura um exemplo de transferência de competência tributária da União para o Município de Beberibe/CE.
- (D) Caso firmado aludido convênio, o Município de Beberibe/CE terá direito a ficar com a totalidade do ITR arrecadado referente aos imóveis rurais situados em seu território.

58. Com supedâneo nas transformações oriundas da Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, a Reforma Tributária, assinale a alternativa correta acerca do imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

- (A) Lei ordinária instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (B) Não incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais.
- (C) Incidirá sobre as exportações.
- (D) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.

59. A Prefeitura Municipal de Fortaleza alargou uma avenida que, além da área da realização do empreendimento, reverberou na zona do entorno, a qual se valorizou extraordinariamente em consequência da realização da obra pública.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz do Código Tributário Nacional (CTN).

- (A) O Município de Fortaleza poderá instituir contribuição de melhoria para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, com fins arrecadatórios e sem limites técnicos.
- (B) O Município de Fortaleza poderá instituir contribuição de melhoria para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (C) O Município de Fortaleza poderá instituir taxa para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- (D) O Município de Fortaleza poderá instituir imposto para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

60. Marque a alternativa **INCORRETA** sobre o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) em torno do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), de competência do município.

- (A) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal ("patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;"), desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.
- (B) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional nº 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- (C) É constitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional nº 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU.
- (D) Poderá ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

61. Assinale o item correto em relação aos princípios jurídicos da tributação.

- (A) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei, decreto, ato administrativo ou regulamento que o estabeleça.
- (C) O princípio da vedação ao confisco revela a possibilidade de ter-se tributação com efeitos antieconômicos.
- (D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo antes de decorridos cento e oitenta dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

62. Assinale o item correto em relação às taxas.

- (A) Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, taxas compreendidas ou não entre as referidas no CTN, suprimidas, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.
- (B) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (C) Considera-se irregular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável.
- (D) Para efeito de instituição e cobrança de taxas, são desconsideradas as atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS NOÇÕES DE DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

63. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece a existência de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, trazendo-o a um patamar de direito fundamental, com regulamentação tanto na Constituição como na legislação infraconstitucional. Com base na assertiva, marque a opção correta.

- (A) Constituição garante um ambiente limpo e saudável, reconhece que ecossistemas possuem direitos inerentes que devem ser respeitados e defendidos. No entanto, devem ser ligados a formas de vida humana.
- (B) O direito ao meio ambiente, previsto na Constituição de 1988, traz uma cidadania ambiental passiva, não permitindo o engajamento proativo de indivíduos e comunidades em decisões e ações ambientais, ou seja, não se permite a participação ativa na formulação de políticas sustentáveis.
- (C) Significa dizer que existe uma cidadania ambiental, a qual incorpora direitos ambientais, fortalece a proteção ambiental e determina uma responsabilidade individual e coletiva.
- (D) A cidadania ambiental foca somente em ações individuais, considerando a justiça entre gerações atuais e futuras.

64. Leia as assertivas a seguir e marque a opção correta.

- I. O meio ambiente tem caráter de metaindividualidade, como direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão) que consagra o postulado da solidariedade e da garantia intergeracional.
 - II. Nos termos do art. 225, da Constituição, os espaços territoriais especialmente protegidos, sujeitam-se ao princípio constitucional da reserva de lei.
 - III. A preservação da integridade do meio ambiente é uma expressão constitucional de um direito fundamental que assiste apenas a pessoas físicas.
 - IV. A Constituição do Brasil atribui ao poder público e à coletividade o dever de defender um meio ambiente ecologicamente equilibrado (Constituição do Brasil/1988, art. 225, § 1º, III).
- (A) Estão corretos os itens: I, II, III e IV.
 - (B) Estão corretos, somente, os itens: II e IV.
 - (C) Estão corretos, somente, os itens: II e III.
 - (D) Estão corretos, somente, os itens: I, II e IV.

65. Os princípios do direito ambiental são suportes que alicerçam e trazem bases interpretativas para soluções em demandas ambientais. Acerca dos princípios do direito ambiental, marque a opção verdadeira.

- (A) A função social da propriedade traz seu caráter absoluto, perpétuo, exclusivo e elástico da propriedade, devendo-se considerar que a exigência constitucional de seu cumprimento deve estar regulada no plano diretor do município, o qual não pode exigir limitações.
- (B) O princípio do desenvolvimento sustentável consiste na exploração do meio ambiente de forma a conservá-lo, procurando não esgotar os recursos naturais existentes, com vistas a sua manutenção em condições adequadas para o futuro.
- (C) O princípio da prevenção é um princípio secundário, pois não reduz ou elimina as ameaças ao equilíbrio ambiental.
- (D) O princípio do poluidor-pagador pode ser dispensado diante da possibilidade de desenvolvimento econômico.

66. Sobre a política urbana, marque a opção correta.

- (A) O plano diretor é uma lei municipal, aprovada pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, e é considerado o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (B) As desapropriações urbanas de imóveis são feitas com pagamento por meio de títulos da dívida agrária.
- (C) Os imóveis públicos podem ser adquiridos por usucapião, desde que atenda sua função social.
- (D) O plano diretor pode ser modificado por decreto do prefeito para atender às novas diretrizes e necessidades do município.

67. A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os arts. 182 e 183, da Constituição Federal, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Sobre essa legislação, assinale a opção correta, no que se refere à política urbana.

- I. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, para garantia do direito a cidades sustentáveis.
- II. O direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer alcançam as presentes gerações, devendo as políticas públicas ambientais planejarem proteções às futuras gerações.
- III. A política urbana deve ofertar equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população, de acordo com as características locais.
- IV. Compete à União legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.
 - (A) Estão corretas as assertivas: I, II, III e IV.
 - (B) Estão corretas somente as assertivas: I e IV.
 - (C) Estão corretas somente as assertivas: II e III.
 - (D) Estão corretas somente as assertivas: I, III e IV.

68. Sobre o parcelamento urbano, marque a opção correta.

- (A) É permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
- (B) A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída por equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.
- (C) É admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, sendo desnecessária a inclusão no plano diretor, bem como não depende de aprovação de lei municipal.
- (D) Somente o município poderá estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal e adequar às peculiaridades regionais e locais no que se refere ao parcelamento urbano.

69. Sobre os instrumentos disponíveis na efetivação de políticas urbanas, marque a opção correta.

- (A) O poder público deve combinar o uso dos instrumentos urbanísticos e administrativos, não havendo necessidade de se efetivar por meio de instrumentos tributários, pois as políticas urbanas não exigem gastos públicos.
- (B) Dentre os instrumentos de política urbana, tem-se a usucapião especial de imóvel urbano, que garante a transferência de posse para quem não possui imóvel, desde que comprove o uso para moradia de área ou edificação urbana por quinze anos.
- (C) Os instrumentos urbanísticos garantem respostas aos pactos globais para a redução das desigualdades socioespaciais e da pobreza, reforçando a importância e garantia do acesso à terra com infraestrutura e à moradia digna.
- (D) Com todo o avanço do Estatuto da Cidade, ele não garante a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização, pois estabelece que o poder público deve alcançar os interesses governamentais, ficando o interesse coletivo em segundo plano.

70. “O meio ambiente não é incompatível com projetos de desenvolvimento econômico e social que cuidem de preservá-lo como patrimônio da humanidade. Com isso, pode-se afirmar que o meio ambiente pode ser palco para a promoção do homem todo e de todos os homens” (ACO 876 MC- AgR- Rel. min. Menezes Direito, j. 19-12-2007, P, DJE de 1º-8-2008). A partir desse entendimento que relaciona meio ambiente e desenvolvimento, sob a perspectiva constitucional, marque a opção correta.

- (A) Incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- (B) A proteção da fauna e da flora, na forma da lei, permite práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.
- (C) Em nome do desenvolvimento econômico do país, pode-se instalar obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.
- (D) A preservação e restauração de processos ecológicos essenciais, bem como a promoção do manejo ecológico das espécies e ecossistemas diante de atividades econômicas, é de responsabilidade exclusiva a União.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DIREITO CONSTITUCIONAL

71. No que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos no Texto Constitucional de 1988, assinale a opção correta.

- (A) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- (B) O Município prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, por meio de Defensorias Públicas Municipais.
- (C) O Município indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- (D) A prática do feminicídio constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

72. Para José Murilo de Carvalho (CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª edição. 22ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pág. 14): "...não resta dúvida de que o problema da cidadania continua no centro da preocupação de todos nos dias de hoje, quando mais uma mudança de regime se efetua e mais uma tentativa é feita no sentido de construir a comunidade política brasileira." Na materialização da cidadania, a Constituição Federal de 1988 foi bastante vanguardista na adoção de direitos fundamentais sociais. Assinale ao item consagrado expressamente como direito fundamental social no Texto de 1988.

- (A) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.
- (B) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- (C) O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- (D) A assistência aos desamparados, na forma da Constituição.

73. Maria das Dores, moradora do bairro Passaré, portadora de graves doenças cardiovasculares é hipossuficiente e não ostenta condições de custear seu tratamento médico-hospitalar sem prejuízo da própria subsistência. A respeito dos direitos e deveres individuais, coletivos e sociais, assinale a opção correta à luz do entendimento jurisprudencial firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- (A) É impossível a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública Municipal para obrigá-la a custear cirurgia cardíaca à Maria das Dores, considerando as restrições orçamentárias do Município de Fortaleza.
- (B) A reserva do possível deve predominar em detrimento da dignidade da pessoa humana, não fazendo jus Maria das Dores a qualquer contraprestação municipal.
- (C) É possível a concessão de decisão judicial contra a Fazenda Pública para obrigá-la a custear cirurgia cardíaca a Maria das Dores, a qual não consegue ter acesso, com dignidade, a tratamento que lhe assegure o direito à vida, podendo ser fixada multa cominatória (astreintes) para tal fim, ou até mesmo determinar o bloqueio de verbas públicas. O direito fundamental, nestes casos, prevalece sobre as restrições financeiras e patrimoniais contra o Município de Fortaleza.
- (D) Por força da supremacia do interesse público sobre o privado, Maria das Dores não terá satisfeito seu direito à saúde, quer pela via administrativa, quer pela via jurisdicional.

74. Assinale a opção correta em relação à competência municipal na hermenêutica do STF.

- (A) Considerando que Fortaleza é a segunda capital do Nordeste com o maior número de farmácias, a Municipalidade pode editar lei que determine a observância de distância mínima da farmácia ou drogaria existente para a instalação de novo estabelecimento no perímetro.
- (B) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- (C) Lei municipal que imponha limitação geográfica de estabelecimentos empresariais não viola o princípio constitucional da livre concorrência.
- (D) Lei municipal que fixa distância mínima para a instalações de novos postos de combustíveis, por motivo de segurança, ofende os princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

75. Em relação às normas constitucionais relativas à administração pública e servidores públicos, assinale o quesito correto.

- (A) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (B) Servidores públicos municipais de Fortaleza têm direito líquido e certo à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias.
- (C) Havendo compatibilidade de horários, o servidor pode ocupar simultaneamente os cargos de Analista da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza e Auditor da Controladoria-Geral do Município de Fortaleza.
- (D) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

76. Com massiva adesão da população, o prefeito do Município de Sobral, situado no Estado do Ceará, declarou a independência do território municipal, criando um novo país. Por força dessa situação, o Presidente da República decidiu pela decretação da intervenção federal no Município. Sobre a natureza jurídica do decreto interventivo federal, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A não intervenção é um dos princípios regentes das relações internacionais da República Federativa do Brasil, portanto, a situação está juridicamente consolidada e nada pode ser revertido.
- (B) O Estado do Ceará poderá decretar a intervenção federal em Sobral.
- (C) A União poderá decretar intervenção federal em Sobral para garantir a manutenção da integridade nacional.
- (D) Considerando que Sobral encontra-se situado no Estado do Ceará, não há previsão constitucional para a decretação de intervenção federal em município localizado em estado-membro.

77. A Lei nº XXXX do Município de Fortaleza/CE revogou o adicional por tempo de serviços (ATS), abolindo-o por inteiro com efeitos retroativos absolutos (*ex tunc*). Outrossim a normatização de regência, estabeleceu as regras para que os servidores não só deixassem de receber o referido adicional, como também para que devolvessem ao Erário Municipal todas as quantias porventura por eles recebidas a título de ATS. A medida foi justificada sob o argumento de que haveria significativa economia das despesas públicas e, por isso, seria possível o aumento nos investimentos em políticas sociais de saúde, educação e cultura. Os servidores, por sua vez, alegaram clara violação ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito em relação à determinação de devolução dos valores já recebidos e usufruídos de boa-fé. Sobre a problemática em tela, segundo o sistema jurídico-constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) A retroatividade absoluta da Lei nº XXXX fere o Texto Constitucional de 1988, pois afeta situações já constituídas e exauridas em momento pretérito, de modo a prejudicar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.
- (B) O direito adquirido, por expressa imposição constitucional, pode ser desconsiderado nas situações em que o seu reconhecimento inviabilize políticas públicas nas áreas de educação, cultura e saúde.
- (C) A Lei nº XXXX apresenta notório interesse público, portanto, a absoluta retroatividade é válida, encontrando-se de acordo com o que determina o Texto Constitucional de 1988.
- (D) Por envolver problemática orçamentária e de relevante interesse local, o direito adquirido não se aplica às normas municipais.

78. Quanto à competência legislativa entre as entidades federadas, estabelecida pela Constituição de 1988, assinale o quesito correto.

- (A) São reservadas aos Estados as competências legislativas concorrentes entre União e Municípios.
- (B) A CF/88 permite a regulamentação integral pela União das matérias submetidas à legislação concorrente, desde que por meio de lei complementar.
- (C) Compete aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- (D) É constitucional que os Municípios legislem sobre todas as matérias que não tenham sido atribuídas privativamente à União, em concorrência com os respectivos Estados-membros.

79. De acordo com o Atlas da Violência, Fortaleza é uma das cidades mais violentas do Brasil. Nessa ordem de ideias, conforme expresso pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da segurança pública, competência constitucional dos municípios e guardas municipais, assinale a opção correta.

- (A) As guardas municipais têm entre suas atribuições o poder-dever de prevenir, inibir e coibir infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem apenas contra os bens, serviços e instalações municipais, sendo inconstitucional sua utilização para fins de segurança pública.
- (B) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) firmou entendimento de que as guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública. Na decisão majoritária, tomada no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 995/DF, o Plenário afastou todas as interpretações judiciais que excluam essas instituições do Sistema de Segurança Pública.

- (C) A segurança pública é de competência apenas dos Estados-membros, sendo inconstitucional a utilização de guardas municipais em sede de segurança pública.
- (D) A segurança pública é de competência apenas da União Federal, sendo inconstitucional a utilização de guardas municipais em sede de segurança pública.

80. À luz da CF/88, assinale a opção correta em relação aos direitos e às garantias fundamentais.

- (A) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm status de norma programática.
- (B) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (C) Os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, especialmente dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por associação privada de índole municipal.

81. Recentemente, uma empresária declarou possuir terras que fazem parte da Vila de Jericoacoara, isto é, terrenos do município. A área reivindicada por ela corresponde a 83% do território da Vila. Aludidos terrenos estavam sob controle do Governo do Ceará. Sobre as normas constitucionais relativas à propriedade, assinale o quesito correto.

- (A) A pequena propriedade urbana, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- (B) É garantido o direito de propriedade da empresária, sendo o domínio privado pleno, absoluto e incontestável.
- (C) A propriedade privada predomina sobre o Poder Público.
- (D) A propriedade atenderá a sua função social, portanto, eventuais direitos da proprietária devem estar condicionados ao cumprimento da função socioambiental.

82. A respeito do Poder Legislativo, assinale o quesito correto.

- (A) Cada legislatura terá a duração de oito anos.
- (B) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos.
- (C) O vereador possui imunidade material por suas opiniões, palavras e votos, desde que no exercício do mandato e na circunscrição de seu município.
- (D) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.

83. A respeito das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- (A) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe apenas a defesa da ordem jurídica, da cidadania e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente do Município.
- (B) Os membros da Defensoria Pública estadual podem exercer a advocacia privada, desde que fora do horário normal de expediente.
- (C) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- (D) Apesar da autonomia da Defensoria Pública do Estado, cabe ao governador elaborar o orçamento do referido órgão.

84. À luz da Constituição Federal de 1988, assinale o quesito correto em relação ao Poder Judiciário.

- (A) É vedada a permuta de magistrados de comarca de igual entrância.
- (B) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria relativa do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- (C) Os servidores não poderão receber delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.
- (D) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

85. Sobre os direitos fundamentais sociais dos servidores públicos no Texto Constitucional de 1988, assinale o item correto.

- (A) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- (B) Serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.
- (C) A aposentadoria compulsória decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- (D) Aos órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, faculta-se a avaliação das políticas sociais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DIREITO ADMINISTRATIVO

86. Acerca dos atributos dos atos administrativos, assinale a opção que **NÃO** contém um elemento caracterizado como tal.

- (A) Presunção de legitimidade e veracidade.
- (B) Imperatividade.
- (C) Motivação.
- (D) Autoexecutoriedade.

87. Guardas municipais causaram lesão corporal dolosa no braço esquerdo de cidadão, quando do exercício de suas funções. Nesse caso:

- (A) o Município responde subjetivamente pelos danos causados.
- (B) é objetiva a responsabilidade do Município pelos danos causados por seus agentes a terceiros.
- (C) são devidos apenas danos morais ao cidadão lesado.
- (D) são devidos apenas danos materiais ao cidadão lesado.

88. Considerando os processos de contratação direta, que compreendem os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, regulados pela Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

- (A) É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos para contratação que tenha por objeto hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia.
- (B) É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos para a contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
- (C) É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de aquisição de bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
- (D) É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

89. Em relação às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

- (A) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- (B) Na aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias corridos, contado da data de sua intimação.
- (C) A multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 1% (um por cento) nem superior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- (D) A advertência será aplicada para faltas leves e médias.

90. Em relação aos princípios constitucionais do Direito Administrativo, analise: após uma série de atos de vandalismo praticadas por membros de facções criminosas, a Prefeitura Municipal de Fortaleza decidiu instalar câmeras de vigilância em praças públicas de alguns bairros com maiores índices de criminalidade. Associações e entidades privadas de defesa dos direitos civis contestaram a medida, argumentando que a vigilância constante pode inibir a liberdade de manifestação, de expressão e de reunião, violando direitos fundamentais garantidos, pela Constituição Federal de 1988, e direitos da personalidade, previstos pelo Código Civil de 2002. Em resposta, a Prefeitura Municipal de Fortaleza justificou e motivou a medida administrativa como adequada, necessária e proporcional para proteger o patrimônio público e contribuir para a segurança dos munícipes que utilizam os equipamentos públicos para fins lícitos. Essa medida pode representar uma possível tensão entre o exercício das funções administrativas de interesse público e o respeito aos direitos e às garantias fundamentais. Considerando os princípios constitucionais da Administração Pública, marque o item correto.

- (A) Os direitos fundamentais à vida privada e à intimidade podem ser limitados em situações que envolvam interesse público, desde que a medida seja adequada, necessária e proporcional ao fim almejado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza no caso concreto.
- (B) Essa medida tomada pelo Município de Fortaleza é inconstitucional por representar violação aos direitos e às garantias fundamentais dos munícipes, em especial à vida privada e à intimidade.
- (C) Na contemporaneidade, o princípio da legalidade no Direito Administrativo é interpretado apenas como norma que vincula a atuação administrativa tão somente à lei.
- (D) O princípio da razoabilidade em sede de Direito Administrativo exige que, na atuação do Município de Fortaleza, as medidas adotadas sejam adequadas, necessárias e proporcionais em sentido estrito.

91. O Ministério Público do Estado do Ceará ajuizou ação por improbidade administrativa em desfavor do Senhor Prefeito do Município Coco Grande, buscando a aplicação de penalidade pela prática de atos de improbidade que violam princípios da Administração Pública, com a descrição objetiva dos fatos exigida em lei e apontando a lesividade relevante ao bem jurídico tutelado. A ação tem fundamento, porque o Prefeito nomeou sua esposa para cargo administrativo em comissão a ele subordinado, no qual ela vinha efetivamente laborando. Diante dessa situação hipotética, considerando a redação atualizada da Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação não é pertinente, por faltar dolo e dano.
- (B) A ação não é viável porque não há previsão no sentido de que sua prática caracteriza ato de improbidade administrativa.
- (C) É viável a ação proposta pelo Ministério Público, sendo imprescindível a demonstração de dolo, bem como de que a conduta funcional do agente público tinha o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.
- (D) A ação não é viável, porque não há comprovação da lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.

92. Existe um riacho invisibilizado pela desordenada especulação imobiliária no Município de Fortaleza. Trata-se do Riacho Pajeú, o qual nasce na Aldeota e desemboca no Bairro Moura Brasil. Fundamental à criação de Fortaleza, pois às suas margens foi construído, pelos holandeses, o Forte Schoonenborch, marco da criação da cidade. A partir do Texto Constitucional de 1988, trata-se:

- (A) de rio público federal.
- (B) de rio público estadual.
- (C) de rio público municipal.
- (D) de rio público distrital.

93. Nos termos da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade, notadamente:

- (A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (B) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (C) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- (D) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.

94. Não se trata de direito/vantagem dos servidores públicos, segundo o Texto Constitucional de 1988:

- (A) direito à livre associação sindical.
- (B) direito de greve exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (C) percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- (D) direito de greve incondicionado.

95. Marque a opção que contém um princípio que **NÃO** se aplica especificamente aos processos administrativos.

- (A) Economicidade.
- (B) Legalidade.
- (C) Motivação.
- (D) Razoabilidade.

96. O Instituto Doutor José Frota, mais conhecido por sua sigla IJF, é um hospital de nível terciário da rede de assistência à saúde da Prefeitura de Fortaleza, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Suas instalações são classificadas como:

- (A) bem público de uso comum do povo municipal.
- (B) bem público de uso especial municipal.
- (C) bem público dominical municipal.
- (D) bem público estadual.

97. Maria Tereza, servidora pública municipal concursada, apresenta convicções políticas muito radicais. Quando do pleito de 2024, sempre ia trabalhar coberta de adesivos de seu candidato, hostilizava os colegas que não concordavam com seu posicionamento político-ideológico e chegou a se negar a atender pessoas que discordavam de suas convicções. Nesse caso, Maria Tereza:

- (A) não poderá sofrer nenhum processo disciplinar, porque tem direito a ostentar suas convicções político-ideológicas no ambiente laboral.
- (B) não praticou nenhum ilícito, posto tratar-se de conduta aceita pela Administração Pública ante a liberdade como direito fundamental.
- (C) deve receber uma simples advertência verbal da chefia imediata, independentemente de qualquer procedimento administrativo disciplinar, vez que é estável e concursada.
- (D) incorreu em violação aos princípios constitucionais da Administração Pública e a seus deveres funcionais, portanto, pode vir a sofrer processo administrativo disciplinar.

98. Conforme aduz José dos Santos Carvalho Filho (CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª edição. Rio de Janeiro: 2009, pág. 723) sobre a responsabilidade administrativa dos servidores públicos: “A responsabilidade administrativa deve ser apurada em processo administrativo, assegurando-se ao servidor o direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como a maior margem probatória, a fim de possibilitar mais eficientemente a apuração do ilícito. Constatada a prática do ilícito, a responsabilidade importa a aplicação da sanção administrativa”. Assinale o quesito que **NÃO** contém elemento indispensável à responsabilização funcional dos servidores públicos.

- (A) Ação ou omissão contrária à lei e normatização de regência.
- (B) Culpa ou dolo.
- (C) Interpretação jurídica.
- (D) Dano.

99. A administração pública está sujeita a uma série de princípios, alguns previstos de modo implícito e outros de modo explícito tanto na legislação quanto no Texto Constitucional de 1988, os quais balizam o exercício da função administrativa. Essa série de princípios, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), inclui o princípio:

- (A) do planejamento.
- (B) da vedação do retrocesso social.
- (C) da participação e inclusão cidadãs.
- (D) do controle jurisdicional.

100. Maurício, servidor público do Município de Fortaleza, teve imputada a prática de infração funcional, por e-mail anônimo, especialmente assédio moral. A partir disso, foi realizada investigação preliminar, que culminou na instauração de processo administrativo disciplinar, posteriormente enviado à Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, para análise e elaboração de parecer. Acerca do processo administrativo disciplinar, bem como dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com as normas aplicáveis e com o entendimento do STF e do STJ sobre o tema.

- (A) O processo é nulo, pois a denúncia não poderia ter sido anônima, uma vez que a Constituição Federal de 1988 veda o anonimato.

- (B) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar é inconstitucional, segundo entendimento sumulado do STF.
- (C) O processo administrativo disciplinar ostenta natureza inquisitorial, não se aplicando, portanto, o contraditório e a ampla defesa no curso do procedimento.
- (D) É permitida a instauração do processo com base em denúncia anônima, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância.